



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
GABINETE DO PREFEITO**



LEI N° 1.142-GAB/PREF/06

Em, 04 de setembro de 2006.

**“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
CONCEDER SERVIÇO DE TRANSPORTE
COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guajará-Mirim - RO, aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a outorgar o serviço de transporte coletivo urbano de passageiros à empresa especializada vencedora de concorrência pública que será convocada nos termos da Lei.

Art. 2º - Vetado

Parágrafo I - Vetado

Parágrafo II - Vetado

Art. 3º - Os concorrentes deverão provar que dispõem de meios para a guarda, reparos e conservação dos veículos além da idoneidade técnica e capacidade financeira para o empreendimento.

Art. 4º - Não poderá a concessionária deixar de cumprir as determinações da Prefeitura Municipal, concernente a extensão e novos trajetos, desde que haja suficiente número de passageiros a serem servidos e avenidas em condições de tráfego, de modo que a nova linha não funcione em regime deficitário

Art. 5º - O preço da passagem será único para todas as linhas urbanas.

Art. 6º - Terá assegurado à concessionária tarifa que permita a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão do serviço e assegure o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Art. 7º. -A tarifa será revista sempre que uma das partes concedente ou concessionária tiver elementos para justificar a revisão.

**AVENIDA 15 DE NOVEMBRO N° 930 - CENTRO FONE FAX 3541-3511
gabinete@ro.gov.br**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
GABINETE DO PREFEITO**



Art. 8º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a abrir concorrência pública para exploração do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros em novas linhas por auto-onibus ou equivalente, em novos trajetos para os quais a concessionária venha a recusar, sob qualquer pretexto, excluindo-se a recusa motivada por insuficiência de passageiros ou por insuficiência de condições de tráfego nas avenidas determinadas.

Parágrafo Único - As novas linhas deverão ser criadas em concorrências individuais e seus itinerários não poderão interferir nos itinerários das linhas já existentes.

Art. 9º - SUPRIMIDO

Parágrafo - Único - SUPRIMIDO

Art. 10 - Ao final da concessão, haverá a reversão ao Município de todos os bens da empresa relacionados diretamente com o serviço.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Pérola do Mamoré, 04 de setembro de 2006.



**JOSÉ MARIO DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL**